

Entre a santificação do mundo e o multiculturalismo:

Estratégias de resistência do Opus Dei no espaço público brasileiro

Asher Grochowalski Brum Pereira¹

As pessoas do Opus Dei opõem-se frontalmente à “paganização” e à “descristianização” para as quais as políticas multiculturais, aquelas em prol do pluralismo religioso e as sobre do aborto apontam. Durante a pesquisa de campo, ouvi um padre dizer durante uma palestra: “muitas vezes, a própria lei nos obriga à paganização. Nos apresentam coisas desse caráter até mesmo como conquistas. Não podemos ficar calados frente a isso”. Logo em seguida, falou do movimento feminista e da sua reivindicação pela aprovação da PLC 3/2013. A lei prevê, em casos de estupro, a administração da pílula do dia seguinte. Desse modo, ressaltou a importância das pessoas do Opus Dei santificarem o ambiente profissional no qual estão, pois Deus, desde a criação do mundo, tem um plano traçado para cada um, de tal sorte que não é por acaso que cada pessoa está onde está. Trata-se, sem dúvida, de atribuir um papel ativo às pessoas do Opus Dei, as quais devem atuar no mundo no sentido de santificá-lo e resistir a tudo o que não for cristão.

Arelado ao Opus Dei está uma ideia fundamental: a santidade no meio do mundo. Todos os homens, enquanto filhos de Deus e batizados pela Igreja católica, são chamados à santidade, ou seja, a serem santos. Essa santidade, de fato, é entendida em contraposição ao ideal de santidade das ordens monásticas, as quais defendem a fuga do mundo deturpado pelo pecado. Segundo aquelas ordens, a santidade só pode ser alcançada retirando-se do mundo, pois só dessa forma é possível santificar a si próprio. Josemaria Escrivá, o fundador do Opus Dei, trouxe a ideia da santificação no meio do mundo. Cada pessoa, cada leigo, seria chamada por Cristo a viver a santidade na sua vida cotidiana, exatamente no lugar onde estivesse, porque, afinal, cada pessoa está onde está porque Deus assim quis. O Opus Dei compreende que Deus, em sua infinita bondade, criou o mundo como um lugar bom, para que o homem o transformasse com o

¹ Doutorando do Programa de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), sob a orientação do prof. Dr. Ronaldo de Almeida. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: asherbrum@yahoo.com.br.

seu trabalho. Com o pecado original (de Adão e Eva), o mundo foi deturpado. Desse modo, a mensagem do Opus Dei é que cada pessoa busque a santidade no meio do mundo e, dessa forma, santifique o mundo a partir do seu trabalho e da sua atividade cotidiana. Só assim o homem pode reconciliar-se com Deus e devolver o mundo a Ele. Através do seu trabalho, santificado e santificador, é que o homem pode tomar parte no projeto redentor de Cristo. No entanto, santificar a si mesmo e ao próprio trabalho não basta. Todo aquele que já conheceu a “verdade” e teve uma experiência pessoal com Cristo tem o dever cristão de leva-lo aos demais. Desse modo, santificam-se os outros com o trabalho, por meio do apostolado laico e pessoal. A atividade apostólica pode ser estendida às diversas atividades profissionais, sempre com o intuito de “levar Cristo aos outros”.

O Opus Dei, por conseguinte, insere-se em um movimento católico que só começa a adquirir relevância, no Brasil, em 1920: a participação dos cristãos leigos na esfera pública e na vida social. A Igreja católica incentivava a cristianização do mundo, pois a sociedade era percebida como desviada dos dogmas e valores religiosos, além da proliferação de ideologias de esquerda, como o comunismo e o anarquismo, e de uma espécie de “apatia” por parte dos católicos leigos. Segundo Dullo (2013, p.41-42):

“A participação dos leigos na vida social como cristãos (católicos) só começa a adquirir relevância na década de 1920; entretanto, desejo marcar esse movimento a partir de uma ruptura mais antiga: a separação entre a Igreja e o Estado em 1890 com o início da república. À laicidade do Estado correspondeu uma ampliação da “liberdade religiosa”, valorizada pelo clero que se inseria na proposta de romanização da Igreja no Brasil e inscrita numa perspectiva cristã liberal. O ponto fundamental é que, ao ser expulsa dos aparelhos do Estado, a Igreja passou a agir com maior afinco na sociedade civil, isto é, numa busca por re-cristianizar a sociedade brasileira”.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é criar uma interface de discussão entre religião e Estado laico, mais especificamente, pretendo analisar as estratégias de resistência e contestação a políticas multiculturais, em prol do pluralismo religioso e sobre o aborto, formuladas pelo Estado brasileiro, por parte do Opus Dei. Com efeito, entendendo a alternativa utópica da “santificação do mundo” como um meio de confrontação ao discurso estatal do multiculturalismo e do pluralismo religioso vigente no Brasil, os quais se propõem a abarcar todos os grupos e segmentos religiosos sob a tutela do Estado por meio do discurso da “diferença” – diferentemente da França, por

exemplo, que defende políticas multiculturais a partir do discurso da “igualdade”. Grupos esses que, do ponto de vista do Opus Dei, constituem manifestações questionáveis, uma vez que estão fora da Igreja católica. Portanto, se o Estado permite e incentiva essas diversas expressões culturais, o Opus Dei se arroga o dever cristão de, mais do que simplesmente contestar o Estado, expressar-se no espaço público por meio da imprensa, dos postos políticos, das escolas, etc. O foco do trabalho é perceber essas estratégias de contestação no espaço público brasileiro por meio de dois eixos empíricos: um mais amplo, que envolve a formação de sujeitos nas escolas, Clubes e Centros do Opus Dei, e outro mais específico, que trata-se de acompanhar algumas publicações de Carlos Alberto DiFranco, um dos porta vozes do Opus Dei no Brasil. O Opus Dei é um segmento religioso que se auto define pelo princípio da laicidade. Desse modo, no Brasil, essa instituição funda organizações leigas no espaço público e, através dessa estratégia, se justifica publicamente por meio da aglutinação de enunciações religiosas com discursos científicos. Dessa forma, o Opus Dei pode transitar pelo espaço público e “santificá-lo” através da sua ação.

Escolas, Clubes e Centros: a formação de sujeitos e de consciências

Por concentrar-se no apostolado leigo e pessoal, o Opus Dei de perfil brasileiro desenvolveu estratégias diversas para a formação de sujeitos aptos a santificar o mundo por meio do seu trabalho profissional e que tenham atitudes de resistência em um mundo descristianizado. O Colégio Catamarã trata-se de uma dessas estratégias. É uma rede de colégios geridos pelo Opus Dei na cidade de São Paulo. O Catamarã foi fundado em 1995 e sua proposta é calcada no projeto desenvolvido pelo pedagogo espanhol Victor Garcia Hoz, que é membro do Opus Dei. A proposta educacional é clara: oferecer excelência acadêmica e formação humana. Essa formação humana, por sua vez, é calcada nas virtudes humanas amplamente difundidas pelo Opus Dei: ordem, responsabilidade, justiça, sinceridade, generosidade, prudência e coragem. Além disso, incluem-se as virtudes teologais (aquelas que só se adquire quando dadas por Deus): fé, esperança e caridade. Tudo isso, calcado nos valores éticos de cidadania e solidariedade. Esse projeto de formação humana é explícito na apresentação do colégio, que conta somente com o ensino fundamental. A proposta de uma educação personalizada, baseada em tutores ou preceptores, é que cada indivíduo desenvolva de modo particular suas potencialidades e virtudes. Desse modo, prepara-se o indivíduo para buscar seu

próprio projeto de vida, “encontrando a alegria no trabalho bem feito, na convivência humana e cordial e numa ação solidária e eficaz para a melhoria da sociedade”².

Apesar de ser administrado pela Comissão Regional do Opus Dei, em termos financeiros, quem sustenta o Catamarã são os supernumerários³, que fazem doações e pagam as mensalidades para manter os filhos na instituição. Apesar de serem os supernumerários – e, às vezes, até mesmo pessoas de fora do Opus Dei – que ocupam cargos nos Colégios, todas as diretrizes vêm da Comissão Regional. O ideal da instituição é que os pais sejam protagonistas, conjuntamente com os professores, da educação dos filhos. Desse modo, podem os filhos ser formados a partir de diretrizes católicas. A educação esperada se fundamenta em três eixos: educar para o trabalho e para a liberdade; educar a afetividade e a sexualidade; educar os valores para a convivência e cidadania. Portanto, percebo um projeto bem elaborado de criação de sujeitos desde muito cedo, protagonizados por pais católicos e que tem por intuito educar os filhos por meio da doutrina e dos valores cristãos. Trata-se de um projeto de resistência na esfera pública, em longo prazo, iniciado desde a infância dos indivíduos.

Os Clubes constituem outra estratégia de formação de indivíduos e atuação na esfera pública. Têm a estrutura muito semelhante ao do Colégio Catamarã, no entanto, os Clubes estão anexados a algum Centro do Opus Dei, diferentemente daquele, que não possui nenhuma vinculação explícita. Geralmente, quem frequenta os Clubes são os filhos dos supernumerários que frequentam o Centro para ter formação ou alguns amigos levados por eles. Os Clubes são destinados a adolescentes, entre 10 e 15 anos, e, assim como no Colégio Catamarã, meninos e meninas não se misturam nem interagem. Os Clubes para meninos são separados dos Clubes para meninas. Nesses ambientes, a chamada formação espiritual pode se dar de forma mais intensa e direcionada, pois os adolescentes são orientados a conversarem com o padre e com os numerários semanalmente, confessar-se, etc. A proposta dos Clubes é que haja uma complementação da formação escolar e de virtudes que recebem em casa e no Colégio. Desse modo, os Clubes promovem atividades artísticas, culturais, esportivas e de estudos. Depois de passarem dos 15 anos, os adolescentes passa a frequentar os Centros.

² Extraído do site do Colégio Catamarã. Conferir referências bibliográficas.

³ As duas categorias principais de membros do Opus Dei são numerários e supernumerários. Os numerários são os membros celibatários, que residem nos Centros do Opus Dei e dedicam-se a dar formação espiritual. Os supernumerários são membros do Opus Dei a quem é permitido casar e ter família.

No Brasil, o Opus Dei chegou em 1957 e, ao longo dos anos, assumiu uma configuração específica: os Centros Culturais. Esses Centros, em cuja denominação não há nenhuma alusão religiosa, surgem como legítimos ambientes de formação intelectual. Ao mesmo tempo, oferece-se formação e orientação espiritual aos seus frequentadores. Desse modo, formação intelectual e formação cristã-católica surgem, a princípio, como atividades distintas, que não se misturam. Em decorrência, os Centros Culturais do Opus Dei assumem características de instituições seculares dedicadas a atividades culturais e intelectuais. Cada Centro possui atividades específicas que, em geral, consistem em palestras sobre formação profissional, discussões sobre literatura e cinema, grupos de estudo de teoria política, dentre outras. Em uma esfera, a princípio, separada, oferece-se a formação espiritual através da confissão, da direção espiritual com o sacerdote, das conversas com os membros, da reza do terço, da missa, etc.

Desse modo, o Opus Dei de perfil brasileiro apresenta um processo histórico de criação de uma identidade secular específica, seguindo o padrão do Opus Dei de perfil espanhol de Josemaria Escrivá. Publicamente, a instituição surge como um grupo leigo de práticas seculares, mas que agrega indivíduos de crenças religiosas comuns. Considero, portanto, como recurso de entendimento, que o Opus Dei de perfil brasileiro pode ser enquadrado, relativamente bem, na categoria que Ronaldo de Almeida (2010) chamou de científico-educacional. O termo refere-se a um dos eixos de alcances e impasses do religioso no espaço público brasileiro. Para os fins deste trabalho, usarei esse termo para referir-me à transmissão de conhecimento científico perante os dogmas e valores religiosos. Evidentemente, nos Centros Culturais existe uma série de restrições com relação às atividades intelectuais que são desenvolvidas, as quais não podem questionar, denegrir ou lançar interpretações pouco ortodoxas em relação a qualquer dogma da Igreja católica. Desse modo, nesses ambientes, os discursos científico e intelectual estão subordinados aos dogmas religiosos. Além disso, não se trata simplesmente de não colocar em xeque os dogmas, mas de usar aqueles discursos para legitimar, mesmo que indiretamente, princípios morais e éticos, valores e dogmas. Os Centros Culturais apresentam-se publicamente, portanto, como instituições leigas e seculares, mas que articulam discursos científicos e intelectuais que são mediados pelos dogmas religiosos.

Mediante esses elementos, percebo o Opus Dei como uma instituição disciplinar que cria um determinado tipo de sujeito. Por meio do uso de tecnologias de

poder, tais como a confissão, o exame de consciência e a obediência e, somando-se a isso, a criação de discursos científicos e intelectuais específicos por meio daqueles já existentes, surge uma *intelligentsia* capaz, não só de articular discursos científicos e intelectuais filtrados pelos dogmas religiosos, mas também que é coerente com esses dogmas e com valores cristão-católicos no âmbito da sua vida familiar, profissional e universitária. Em suma: trata-se de intelectuais, profissionais e estudantes católicos que, em princípio, mantém suas crenças no nível individual, mas aptos a agirem publicamente de acordo com elas. Começa a afigurar-se a estratégia do Opus Dei para inserir-se na esfera pública. As pessoas que frequentam os Centros Culturais são leigos, profissionais, intelectuais ou estudantes, que tem em comum o fato de serem católicos. Ao saírem dali, irão atuar de forma coerente com suas convicções, inclusive tornando-as públicas em seus ambientes profissionais. Desse modo, não se pode dizer que o Opus Dei aja institucionalmente, se valendo de meios nefastos para se inserir na esfera pública, pois quem age nessa esfera são indivíduos e não o Opus Dei enquanto instituição.

O processo de formação dos Centros Culturais foi uma estratégia elaborada de inserção na esfera pública. A combinação de discursos científicos e intelectuais com enunciações religiosas, ou mesmo a filtragem desses discursos através da lente dos princípios morais e valores religiosos, configuraram práticas seculares específicas na esfera pública, praticas essas conferidas a indivíduos, não à instituição, e mediadas por uma sensibilidade religiosa específica. Desse modo, práticas seculares e sensibilidades religiosas, aqui, aparecem como profundamente imbricadas, sendo impossível separá-las, mesmo no nível explicativo. O Opus Dei, entendido como sensibilidade religiosa, é o provedor de processos de secularização, não enquanto instituição, mas enquanto experiência. Na esfera institucional, o Opus Dei caracteriza-se por práticas disciplinares e tecnologias de poder particulares. Entendido como experiência, refere-se à criação de sujeitos.

Portanto, essas associações criadas pelo Opus Dei de perfil brasileiro são, a meu ver, articulações complexas e estratégias de resistência para confrontar os dispositivos legais de classificação e normalização. Por meio da criação de sujeitos, capazes de santificar o mundo, através de colégios e associações próprias, o Opus Dei é capaz de fazer frente às políticas multiculturais e em prol do pluralismo religiosos que, eventualmente, podem ter o caráter de “paganização” ou “descristianização”. Desse

modo, o Opus Dei de perfil brasileiro opõe-se, não somente às políticas estatais, mas também às outras religiões que ganharam visibilidade pública graças ao reconhecimento do pluralismo religioso. Ao mesmo tempo, faz oposição às manifestações culturais e movimentos sociais que podem “paganizar” e “descristianizar” o mundo. As estratégias de resistência não são contra o laicismo, mas contra as políticas permitidas pelo Estado laico que assolam a sociedade.

Carlos Alberto DiFranco: atuação na imprensa

Pompa (2006) e Montero (2008) já demonstraram que a Igreja católica sempre operou como modelo e referência para a criação de direitos e formas de enquadrar as práticas religiosas, mesmo após a separação constitucional entre Igreja e Estado no Brasil, em 1890. O século XX, de fato, foi um período em que surgiram movimentos religiosos diversos. As experiências que envolveram esses processos criaram um tipo de mentalidade específica, a qual levou o Opus Dei a perceber uma constante ameaça e perda de espaço. Não se trata, evidentemente, de uma simples perda de espaço político e de visibilidades, mas, sim, a “verdade” perdia espaço frente a manifestações de outras sensibilidades religiosas, algumas até mesmo heréticas.

Ainda hoje isso é latente. Na coluna que mantém regularmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Carlos Alberto DiFranco, um dos porta-vozes do Opus Dei no Brasil, ao comentar o despejo dos crucifixos de todas as dependências do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, comenta: “O Brasil tem formação cristã; a tradição do país é cristã. Mexer com cruzeiros e crucifixos vai contra esta formação, vai contra a tradição”⁴. Complementa:

“Em São Paulo, cidade cosmopolita e multicultural, basta bater os olhos nas estações da Linha Azul do Metrô: Conceição, São Judas, Saúde, Santa Cruz, Paraíso, São Joaquim, Sé, São Bento, Luz, Santana. E aí, vamos ceder ao fervor laicista e mudar o nome de todas elas?”.

Por fim:

“O Estado brasileiro é laico. E é muito bom que seja assim. Mas a laicidade do Estado não se estende por lei, decreto ou decisão judicial a toda a sociedade. O Estado não pode abolir ou derrogar tradições profundas da

⁴ Os fragmentos a seguir foram extraídos do texto *Crucifixo, chatice e intolerância* que consta no arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Conferir referências bibliográficas.

sociedade, pois estaria extrapolando o seu papel e assumindo a inaceitável função de tutor totalitário de todos nós”.

DiFranco recorre, diretamente, ao discurso do multiculturalismo como forma de justificar a presença de símbolos religiosos católicos no espaço público. Afirma, inclusive, que o Estado laico, justamente por seu caráter multicultural, não pode abolir os elementos de uma forte tradição católica. Com efeito, por um lado, reconhece a importância de políticas estatais que mantenham o multiculturalismo e, por outro, afirma que a existência de símbolos católicos no espaço público é uma expressão dessas políticas. Desse modo, no seu entender, é dever do Estado laico brasileiro garantir a presença desses símbolos com expressão do multiculturalismo.

Em outro artigo publicado no *Blog do Noblat*, intitulado *Aborto – silêncio e rito sumário*⁵, DiFranco comenta a aprovação da PLC 3/2013 pelo Senado e seu posterior encaminhamento à Presidente da República para ser sancionado.

“O texto, estrategicamente, evita mencionar a palavra aborto, mas abre atalhos para sua ampla ampliação. O projeto, na sua formulação conceitual e na sua tramitação política, foi conduzido com muita esperteza, mas também com notável autoritarismo. Um tema sensível foi conduzido de costas para a sociedade”.

Após desconstruir os artigos da Lei, demonstrando as passagens da Lei que dão brecha ao aborto pela administração da pílula do dia seguinte em caso de estupro, DiFranco conclui:

“O projeto, tramitado com velocidade surpreendente e sob um silêncio antidemocrático, configura uma violência. O brasileiro é a favor da vida. Não se trata apenas de uma opinião, mas de fato medido em reiteradas pesquisas. A defesa da vida, da liberdade e dos direitos das minorias, tão duramente conquistados, compõem o mosaico da nossa cidadania”.

Continua:

“A presidente Dilma Rousseff, em 2010, empenhou sua palavra ao rejeitar qualquer iniciativa do seu governo em favor da implantação do aborto. Compete-lhe, agora, vetar o projeto, sobretudo garantir a objeção de consciência do médico e da instituição. É o mínimo”.

⁵ Os fragmentos a seguir foram extraídos do texto *Aborto – silêncio e rito sumário* que consta no arquivo do *Blog do Noblat*. Conferir referências bibliográficas.

Interessante notar que DiFranco opõe-se frontalmente ao projeto de Lei sem, contudo, recorrer ao argumento religioso. Seu argumento assume a via dos direitos de cidadania conquistados, cuja vida seria um dos principais. Desse modo, segundo ele, para a manutenção de um direito conquistado e em relação ao qual todos os brasileiros são a favor, a presidente deveria vetar tal projeto.

Considerações finais

O Opus Dei, organizado como associação de católicos leigos, acomoda-se relativamente bem ao discurso do Estado laico. No entanto, faz frente a esse mesmo Estado tão logo sinta que suas concepções ou valores foram ameaçados. Não se trata, unicamente, de uma confrontação com relação a questões pontuais, tais como aquelas expostas por DiFranco. Trata-se, sim, de resistências e confrontações ao modo como o próprio Estado está configurado. Parece-me que essas atitudes são permanentes, por isso entendendo as escolas, Clubes e Centros, também, como estratégias de resistência. Se o Estado brasileiro, tal como está configurado, se assenta sobre o discurso da diferença, do multiculturalismo e do pluralismo religioso, o Opus Dei arroga-se o dever cristão de re-cristianizar esse ambiente “descristianizado” por políticas do próprio Estado. Desse modo, procurei demonstrar como o Opus Dei desempenha práticas na esfera pública com vistas a recristianizar o mundo e, por isso, articula o discurso da santificação do mundo como eixo para se movimentar nesse ambiente. Santifica-se a si mesmo com um trabalho bem feito e, ao mesmo tempo, aos outros, com o apostolado pessoal nos âmbitos profissionais.

Gostaria de sugerir, à guisa de conclusão, que o Opus Dei se constitui, no Brasil, por meio de estratégias de resistência, as quais são atitudes constantes dessa instituição. Tem seus meios próprios de criar consciências e sujeitos. Interessante ressaltar que, se as escolas, Clubes e Centros do Opus Dei configuram experiências que criam sujeitos, o caso da atuação de Carlos Alberto DiFranco na esfera pública é um exemplo desses sujeitos criados nesses ambientes. Claro está que suas posições públicas são coerentes com a formação que recebeu e recebe nos Centros do Opus Dei.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ronaldo. “Religião em transição”. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz F. Dias (Org.). *Horizontes das ciências sociais: Antropologia*. São Paulo: Anpocs/Barcarolla, 2010.

DIFRANCO, Carlos Alberto. *Aborto – silêncio e rito sumário*. in: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/07/22/aborto-silencio-rito-sumario-por-carlos-alberto-di-franco-504289.asp> - acessado em 30 de agosto de 2013.

_____. *Crucifixo, chatice e intolerância*. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,crucifixo-chatice--e-intolerancia-,850304,0.htm> – acessado em 30 de agosto de 2013.

DULLO, Eduardo. *A produção de subjetividades democráticas e a formação do secular no Brasil a partir da Pedagogia de Paulo Freire*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. (2004). *Vigiar e punir*. 29ª. Ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2006a). *A hermenêutica do sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2006b). *Ditos e escritos: estratégia poder-saber*. Vol. 4. São Paulo: Forense.

MONTERO, Paula. “Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”. In: *Etnográfica*, 13 (1): 7-16, maio de 2008.

POMPA, Cristina. “Por uma antropologia histórica das missões”. In: Montero, Paula. *Deus na aldeia*. São Paulo: Globo, pp. 111-142, 2006.

RHONHEIMER, Martin. *Transformación del mundo: la actualidad del Opus Dei*. Madrid: Rialp, 2006.

Colégio Catamarã - <http://www.colegiocatamara.com.br> – acessado em 29 de agosto de 2013.